REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

THE RELATIONSHIP BETWEEN EDUCATION AND GENDER INEQUALITIES

RELACIÓN ENTRE LA EDUCACIÓN Y LAS DESIGUALDADES DE GÉNERO

Luís Miguel Mendes[1], Isabel Maria Casimiro[2], Marta Isabel Mendonça[3]

e717148
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i1.7148

PUBLICADO: 01/2026

RESUMO

Com a interação constante com o contexto educacional, passámos a ter uma visão integrada da escola e do seu modo de funcionamento, passando a conhecer as suas vivências e as suas contradições. Ao conviver diariamente com as problemáticas do ensino, dentro e fora da sala de aula, surgem percepções que servem de mote às interrogações que se convertem em estudos, como, por exemplo, este, intitulado Relação entre a educação e as desigualdades de género. O tema enquadra-se na linha de pesquisa, no âmbito do curso de doutoramento em Educação na Universidade Eduardo Mondlane, cujo objectivo é discutir os conceitos de educação, género e desigualdades de género, para além da relação entre educação e desigualdades de género. Em termos metodológicos, trata-se de um trabalho assente no método dialéctico, que permitiu o diálogo e a discussão entre diferentes intervenientes sobre esta problemática e, quanto à natureza, é de carácter bibliográfico. Para a amostra, foram utilizados artigos científicos voltados para o debate em apreço, seleccionados intencionalmente. Nos resultados, verificam-se dificuldades na promoção da igualdade de género, gerando desigualdades, bem como a utilização, no currículo escolar, da forma masculina como signo genérico referente tanto a homens como a mulheres. Concluímos que, de facto, existe uma relação entre a educação e as desigualdades de género, quer por acção quer por omissão, manifestando-se invariavelmente através da linguagem excludente, bem como por meio de estereótipos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

With constant interaction with the educational context, we have come to develop an integrated view of the school and its mode of operation, allowing us to understand its experiences and contradictions. Through daily engagement with educational challenges, both inside and outside the classroom, perceptions emerge that serve as a stimulus for questions that are transformed into studies, such as this one, entitled The Relationship between Education and Gender Inequalities. The topic is aligned with the research line within the PhD programme in Education at Eduardo Mondlane University, whose objective is to discuss the concepts of education, gender, and gender inequalities, as well as the relationship between education and gender inequalities. From a methodological perspective, this is a study grounded in the dialectical method, which enabled dialogue and discussion among different stakeholders regarding this issue, and, in terms of its nature, it is bibliographic. For the sample, scientific articles focused on the debate under analysis were intentionally selected. The results reveal difficulties in promoting gender equality, leading to inequalities, as well as the use, within the school curriculum, of the masculine form as a generic sign referring to both men and women. We conclude that there is indeed a relationship between

[1] Doutorando em Educação-Universidade Eduardo Mondlane.
[2] Doutora em Sociologia- Docente da Universidade Eduardo Mondlane.
[3] Doutora em Educação-Docente da Universidade Eduardo Mondlane.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

education and gender inequalities, whether by action or omission, and that this relationship is invariably manifested through exclusionary language as well as through stereotypes.

KEYWORDS: *Education. Gender. Gender inequality.*

RESUMEN
Con la interacción constante con el contexto educativo, hemos llegado a desarrollar una visión integrada de la escuela y de su modo de funcionamiento, lo que nos permite conocer sus vivencias y contradicciones. Al convivir diariamente con las problemáticas de la enseñanza, dentro y fuera del aula, surgen percepciones que sirven de estímulo a interrogantes que se transforman en estudios, como este, titulado Relación entre la educación y las desigualdades de género. El tema se enmarca en la línea de investigación del programa de doctorado en Educación de la Universidad Eduardo Mondlane, cuyo objetivo es discutir los conceptos de educación, género y desigualdades de género, así como la relación entre educación y desigualdades de género. Desde el punto de vista metodológico, se trata de un trabajo basado en el método dialéctico, que permitió el diálogo y la discusión entre distintos actores sobre esta problemática y que, por su naturaleza, es de carácter bibliográfico. Para la muestra, se utilizaron artículos científicos orientados al debate en cuestión, seleccionados de manera intencional. Los resultados evidencian dificultades en la promoción de la igualdad de género, lo que genera desigualdades, así como el uso, en el currículo escolar, de la forma masculina como signo genérico que hace referencia tanto a hombres como a mujeres. Concluimos que, efectivamente, existe una relación entre la educación y las desigualdades de género, ya sea por acción o por omisión, y que esta se manifiesta invariablemente a través de un lenguaje excluyente, así como mediante estereotipos.

PALABRAS CLAVE*: Educación. Género. Desigualdad de género.*

INTRODUÇÃO

"Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 2006, p. 316).

Com a interação constante com o contexto educacional, passamos a ter uma visão integrante da escola, do seu modo de funcionamento, passamos a conhecer as suas vivências e as suas contradições. Ao conviver diariamente com as problemáticas do ensino, dentro e fora da sala de aula, surgem percepções que servem de mote às interrogações que se convertem em estudos, como por exemplo, este que apresentamos, que é dedicado a relação entre a educação e as desigualdades de gênero.

Na nossa opinião, é uma temática de suma importância, que tem mobilizado mentes para o debate à escala global, cujo origens se associam aos movimentos feministas, como defensores desta matéria em primeira linha, a sociedade civil, mas também os governos. Basta olhar para as instituições públicas criadas como resposta à demanda, não só os círculos acadêmicos, através de vários programas com conteúdos pedagógicos que disseminem uma convivência comunitária como condição essencial para construção de uma sociedade assente em princípios de igualdade.

A academia é uma aposta segura em termos de formação para construção da identidade de um povo, é um espaço de convivência, de debate desprovido de qualquer preconceito, de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

partilha, devendo para tal, privilegiar e desenhar práticas educativas que assegurem a alteridade, inclusão entre outros.

A Constituição de República de Moçambique nos artigos 36 e 88 CRM (2004, p. 19-35) defende o princípio de igualdade de gênero e a educação como um direito, ainda assim, no contexto educacional, as relações tanto individuais como em grupo, são construídas numa clara demostração de poder, pairando um egoísmo com fundamento na diferença sexual, onde a masculinidade invariavelmente é vista como um diferencial que confere alguma vantagem em termos de acesso às oportunidades, razão bastante para as desigualdades.

O tema em debate enquadra-se na linha de pesquisa, no âmbito do curso de doutorado em educação na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), cujo objetivo é discutir a relação entre a educação e as desigualdades de gênero, para além dos conceitos de educação, gênero e as desigualdades de gênero.

A partir deste gesto, como é evidente, e pelas discussões que experimentamos cotidianamente, cria-nos otimismo e alento para debater esta temática, daí que, para efetivar e acelerar este desígnio, somos todos convocados e mobilizados a pensar e agir diferente em prol do bem comum, que é o bem-estar para todos, cada um nas diferentes frentes é ativista da causa, "desde que o exercício dos seus direitos e privilégios não ponha em causa o mais elementar, que é a cidadania" (Freire, 2001, p. 58).

A educação tem uma responsabilidade acrescida, porque tem competências e mecanismos apropriados para a difusão e disseminação de mensagens que desencorajem qualquer prática e pré-julgamento com relação às pessoas com as quais coabitamos comunitariamente e sobretudo no exercício de um direito.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

As visões sobre a educação são variadíssimas, e têm em comum os indivíduos como sujeitos no centro de toda atividade educativa, e pela influência que exercem na transformação destes enquanto sujeitos de direitos. É, sem dúvidas, um processo de desenvolvimento intelectual da personalidade envolvendo a formação e transformação das qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais e estéticas, tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social num determinado contexto das relações sociais (Libânio, 2004).

Pensadores como Freire e Marx (1995) vêm na educação como produto transformador e emancipatório, que instrumentaliza o sujeito a exercer a sua cidadania em busca da sociedade mais justa e igualitária. Diante deste postulado, pode-se depreender que ela é a chave que permite o acesso aos direitos humanos básicos, tais como saúde, habitação, trabalho, bem como a participação política e econômica.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No que toca as desigualdades, segundo Saffioti (2004), é importante buscar o conceito de desigualdade de gênero para referir-se às desigualdades sociais baseadas no gênero, ou seja, construções sociais e históricas criadas e firmadas nos sexos, as quais foram herdadas da estrutura patriarcal que se desenvolveu há aproximadamente cinco mil anos, em que o homem passou a ter condição de exploração e de dominação sobre as mulheres.

Assim, no período compreendido pela história tradicional como antiguidade, a mulher foi subalternizada, seja por crenças religiosas, ou então pela estatura física, ou seja, era tida como frágil e incapaz de executar tarefas acometidas ao homem (Schussler;Fabrício, 2017).

É uma realidade indisfarçável, fazendo vítimas ao longo do tempo, embora se vislumbrem sinais de mudança, avaliando pelo discurso de inclusão, equidade, supressão de barreiras físicas, linguísticas e ou até culturais, contudo, as desigualdades de gênero encontram-se presentes.

Numa abordagem de Vianna (2006) parafraseando Aristóteles sobre as desigualdades, diz que a mulher deveria ser submissa ao homem, e que esta submissão deveria ser feita pelos fatores naturais do gênero humano, não podendo modificar-se. Sendo assim, não subistem dúvida nenhuma de que as desigualdades de gênero historicamente pesaram contra as mulheres em qualquer contexto social.

Um estudo realizado por Citeli (2001) comprovou que no início da civilização humana (pré-história) a desigualdade de gênero não existia, o que de fato se opõe a diversos conceitos anteriores quanto ao assunto. Segundo a autora, no período paleolítico as pessoas organizavam-se em grupos de caçadores e recoletores, nos quais mulheres e homens tinham a mesma influência sobre quaisquer decisões coletivas. Analisando esta informação, comprovaram que a mulher participava da caça e coleta assim como os homens se responsabilizavam pelo cuidado das crianças.

Demarcando-se Cabral & Diaz (2000), ao refutarem as conclusões de Citeli (2001), afirmam que existe uma percepção geral de que os recoletores e caçadores eram dominados por machos.

Igualmente, Rosseau (2001) no seu estudo sobre o gênero e as relações de poder, emparelha-se nesta visão ao afirmar que a desigualdade teria surgido com o aparecimento da propriedade privada, que passou a produzir nos indivíduos sentimentos de egoísmo, desejo de posse e de superioridade perante o próximo.

Embora Dias (1998) afirme que após o desenvolvimento da sociedade, a desigualdade foi se agudizando cada vez mais, até que durante e após as guerras mundiais, as mulheres passaram a exigir e conquistar o seu espaço no mercado de trabalho, e cada vez mais a buscar sua independência perante o gênero masculino. Mais tarde, surgiu a ideia de libertação sexual contribuindo para o surgimento do feminismo, representando resumidamente, a libertação da mulher como condição de objeto sexual aos homens.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A visão de Dias (1998) é arrebatada pelos autores Schussler e Fabrício (2017) ao justificarem que as mulheres possuem uma jornada dupla, na qual além de desempenharem os seus respetivos papéis em seus trabalhos, devem realizar os trabalhos de casa, ao contrário dos homens, que geralmente desempenham apenas o seu papel no trabalho profissional. Desta forma, configura-se uma nova e já reconhecida forma de desigualdade. Ou seja, a emancipação feminina resultou posteriormente na sua dupla exploração, na qual o discurso machista permanece, superficialmente como libertador e progressista, mas quando se trata da prática, fica claro o conservadorismo e a hierarquização das relações entre os gêneros.

As relações de gênero têm sido consideradas simbolicamente assimétricas pela literatura da especialidade, porque socialmente se tem atribuído características masculinas e femininas a cada um dos sexos, sendo as masculinas mais valorizadas que as femininas. Esta diferente valorização tem subjacente uma ideologia masculina que confere maior poder aos aspetos associados à masculinidade (Saavedra, 2005).

Como aponta Butler (2003), gênero é uma categoria aberta e flexível que inclui não apenas o que é normativo em um dado momento sócio histórico, como a produção do “masculino” e do “feminino”, mas também as experiências que estão fora dessa lógica binária, é diante dessa lógica, que o gênero foi, e está sendo conceitualizado de formas distintas ao redor do mundo ao longo da história.

Uma visão moçambicana sobre o assunto nos é trazida pela Política de Gênero e Estratégia de Implementação PGEI (2018), e refere que gênero é um conjunto de características, socialmente determinadas, que identificam papéis e padrões de comportamentos que diferenciam homens das mulheres. Comparando os dois conceitos, encontramos uma convergência total na componente dos papéis de gênero como fruto de uma construção social.

1.1. Diferentes abordagens sobre a relação entre a educação e desigualdades de gênero

No mundo em geral, há iniciativas em torno desta temática, sobretudo na educação, e podemos destacar a problemática dos direitos humanos no mundo contemporâneo segundo Candau (2019). A autora discute a tensão entre igualdade e diferença na concepção e prática dos direitos humanos, analisando as especificidades, articulações e entrelaçamentos entre o direito à educação e a educação em direitos humanos, sendo esta última considerada atualmente como um componente fundamental do direito à educação. Esse contexto traz desafios aos processos educativos e à formação de sujeitos de direitos que considere suas especificidades e, ao mesmo tempo, fortaleça os processos democráticos, em que redistribuição e reconhecimento se articulem.

Souza (2021) faz uma viagem no tempo e no espaço, e caracteriza as raízes da prática e concepção da educação do campo, olhando para a concentração da terra e da propriedade como

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

elementos estruturais geradores das desigualdades. Realça as principais conquistas desencadeadas no período (1990-2012) no âmbito da educação do campo e destaca os conflitos judiciais em torno do direito à educação superior entre os povos do campo. Parte-se do pressuposto central de que esta educação é fruto de experiência coletiva construída pelos movimentos e organizações de trabalhadores do campo.

Por sua vez, Silva (2007) discute as questões de educação e gênero em Moçambique, e alerta para as dificuldades na promoção da igualdade de gênero, ainda que se acredite nesses valores, por ser uma sociedade que as desconhece, pouco dotada de conhecimentos, sem informação sobre universo das expetativas dos indivíduos, dos seus papéis sociais e valores.

Para terminar, os autores Bive & Pessula (2018) discutem a problemática dos estereótipos de gênero nas aulas de Educação Física em Moçambique, que constitui um campo aberto para debate, tendo em conta os tabús e mitos que caracterizam a sociedade, principalmente em relação às meninas, com forte influência das práticas sociais, como os ritos de iniciação. Estes estudos tiveram como foco as vivências das meninas e meninos, das moças e rapazes nas escolas das zonas rurais; a sexualidade e o ensino de temas transversais nos currículos de Educação Básica e Superior de Moçambique.

2. MÉTODO

É um trabalho assente no método dialético, que permitiu uma discussão entre diferentes intervenientes sobre a problemática da relação entre a educação e as desigualdades de gênero, (Cossa, 2024; Gil, 2014). Outrossim, é bibliográfico, cuja base são artigos científicos, e outros materiais literários que perfilam diferentes visões sobre a temática em alusão (Marconi; Lakatos, 2016; Prodanov; Freitas, 2013).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quadro 1. Principal legislação sobre a educação e gênero em Moçambique

Nº	Descrição
01	Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.
02	Constituição da República de Moçambique de 1990 .
03	Constituição da República de Moçambique 2018.
04	Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação (Lei nº. 4/1983, de 23 de Março).
05	Lei que Reajusta o Quadro Geral do Sistema Nacional de Educação e adequa as disposições contidas na anterior (Lei nº. 6/1992, de 6 de Maio).
06	Lei que Estabelece o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique (Lei nº. 18/2018, de 28 de Dezembro).
07	Política Nacional de Gênero e Estratégia de Implementação, 2018.
08	Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher 2018 – 2024 (Resolução n.º 21/2019 de 22 de Abril).
09	Plano Estratégico de Educação 2020-2029 (Aprovado pelo de Conselho de Ministros no dia 21 de Abril de 2020).
10	Estratégia de Gênero do Setor da Educação e Desenvolvimento Humano 2016-2020 (Aprovado pelo Conselho de Ministro no dia 18 de Janeiro de 2016).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentadas as diferentes visões sobre a relação entre a educação e as desigualdades de gênero, encontramos muitas ideias em comum, sobretudo na componente das dificuldades na promoção de igualdade de gênero, gerando de per si as desigualdades. Contudo, vale destacar a problemática dos estereótipos de gênero na sala aulas, como aspeto marcante neste debate (Bive; Pessula, 2018).

Na perspetiva de Barthes (1989) não há como discutir as relações entre educação e as desigualdades de gênero, sem trazer a ribalta o papel da linguagem como fator de exclusão, isto é, o papel fascista exercido pela língua, cuja principal função não é comunicar, mas sim sujeitar.

Esta sujeição da linguagem na visão de Louro (1997) é tão forte que obriga a utilização no currículo escolar da forma masculina como signo genérico referente tanto a homens como as mulheres. Referir-se a mulheres e homens sempre na forma masculina, mesmo quando é superior o número de indivíduos femininos em um grupo escolar, longe de ser um ato inofensivo nas palavras da autora, favorece uma construção que privilegia sempre um dos pólos.

Da exposição, remete-nos a percepção de que o universal masculino é regra que persiste mesmo nos textos acadêmicos, embora sua universalidade seja questionável, visto que esta função não está presente em todas as línguas. E, ao analisar tal fenômeno aponta as suas raízes nos primeiros anos de escolarização Louro (1997), daí que a autora alerta que:

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina, na escola, consiste em saber que, sempre que a professora disser que "os alunos que

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

acabarem a tarefa podem ir para o recreio". Diante desta realidade nas palavras de Louro (1997) a que questionar: se ela está sendo, efetivamente, incluída ou escondida nessa fala?

A resposta da autora é sim, mesmo que de forma implícita, a linguagem no contexto educacional é um fator de exclusão e fumentadora das desigualdades, visão esta que concomitantemente defendida pelo Barthes (1989, p. 58) e justificada ao afirmar que "a educação não pode nem deve ser um mero veículo transmissor de conhecimentos, deve ser também um espaço de cidadania e de respeito pelos direitos humanos", como de resto alinha (Freire, 2001, p. 34).

Com esta abordagem erudita de Louro, mostra-se clarividente que a educação é pressionada a tomar uma atitude não só para acomodar estas contribuições, igualmente pela resistência de vários grupos sociais, e tem sido chamada à responsabilidade a discussão do tema da alteridade e da inclusão das minorias, o que implica discutir sua posição frente aos novos sujeitos escolares que reivindicam seu espaço no currículo escolar, por exemplo das minorias étnicas e raciais, dos indivíduos com necessidades educativas especiais, das minorias sexuais e de gênero e das inúmeras diferenças culturais e comportamentais que habitam o espaço escolar.

Embora se evidenciem alguns avanços, Louro (1997), uma vez mais, alerta que podemos ainda detetar várias lacunas, exemplo da resistência de instituições financiadoras de pesquisas, como é o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) acerca da reivindicação pela criação de uma nova área de conhecimento que englobe os estudos de gênero na educação.

Tendo como base as normas sociais que decorrem de Perfil do Gênero (2022), não restam dúvidas nenhumas sobre o impacto negativo quer de ponto vista individual ou coletivo, uma vez tratar-se de limitações estruturais no acesso das mulheres à educação, à participação como cidadã incluindo na esfera política e à informação de qualidade. Este posicionamento é consentâneo a visão de Aristóteles e Rosseau sobre as limitações de que a mulher foi e continua sendo vítima até aos dias de hoje, por parte da sociedade, atrelando-se às questões culturais.

A lição que aprendemos deste posicionamento é que a autonomia da mulher para agir nos espaços acadêmicos e encontrar soluções para os seus problemas é incompreensivelmente limitada.

As normas sociais relacionadas aos papéis de gênero enquanto entrave aos direitos e liberdades, evidentemente vão se traduzindo em desigualdades de oportunidade entre raparigas e rapazes, a educação por parte das raparigas tem menos prioridade já que o seu principal papel no futuro será de cuidar da casa, do marido, e dos filhos.

Dessa forma, para evitar que haja problemas de exclusão dentro da sala de aula entre os próprios alunos, é importante que o professor conscienciatize os seus alunos das consequências de se rotular pessoas que mal conhecemos (Socha, 2004).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Segundo a mesma fonte, a escola que se necessita é aquela que conquista a participação de todos pela realização da justiça social, é aquela que acolhe todas as crianças, excelentes ou não, crianças que depositem nela a esperança de um futuro melhor, originárias de famílias pobres, e por isso esperam por essa oportunidade. A escola e ou educação enquanto ambiente propício e acolhedor é aquela que recebe todos sem indiferença ou hostilidade.

Na lógica Bourdieu (1989), a força do pré-construído está em quem, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural, a ruptura é, com efeito, uma conversão do olhar.

Neste contexto, faz-se bastante necessário um debate entre docente e discentes em volta de temáticas menos consensuais e pouco discutidos em ambientes escolares, motivando os discentes a investigarem ou buscarem melhores informações sobre determinadas matérias ou sobre determinada pessoa, por forma que o aluno entenda e desconstrua gradualmente posições distorcidas em volta dos colegas.

Esse processo de desconstrução é de capital importância, pois apesar de entender-se que a situação não será totalmente erradicada, pelo menos compreender-se-á que os nossos alunos estão cientes dos problemas e das consequências que podem causar se fizerem avaliações de maneira prévia, sem ter o devido conhecimento sobre o que estão a julgar.

Jakubaszko & Barbosa (2015) explicam que a vida cotidiana é feita de ação e percepção. Na rotina alucinante não há tempo para reflexão científica que sirva de fundamento às nossas ações cotidianas. Nosso espaço de atuação é um pequeno mundo, finito, que cabe num reduzido círculo de experiências. Como se pode calcular, do mundo conhecemos apenas uma superfície, não há tempo para conhecimento íntimo e profundo das coisas, acontecimentos e experiências. Antes de tudo, é a necessidade pragmática que se impõe e faz prevalecer uma lógica funcionalista, e imediatista, para motivar nossas ações.

Desta forma, nasce o conceito da ultrageneralização, que nas palavras de Drumond & Seabra (2019), é uma operação característica da vida cotidiana, segundo a qual as nossas decisões, comportamentos e atitudes baseiam-se em avaliações probabilísticas.

Segundo os autores, toda ultrageneralização muda com o tempo e as necessidades cotidianas são sempre um juízo provisório ou uma regra provisória de comportamento, onde o cotidiano se alimenta das relações sociais, e há uma tendência a confiar no discurso e na visão daqueles que nos sentimos mais próximos.

Neste diapasão, também é função do professor informar e discutir sobre assuntos como estereótipos em sala de aula, porque reveste-se de extrema importância, que ele instrua os seus alunos a ficarem informados sobre determinados assuntos ou como devem conhecer alguém

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

primeiro antes que possam simplesmente formular as suas próprias conclusões (Jakubaszko; Barbosa, 2015).

Assim, podemos iniciar na educação um processo de desconstrução, talvez, ao que Bourdieu (1989) chamou de “olhar pré-construído”, dos aspetos que a cultura já estabeleceu e definiu para nós, e são transmitidos por meio da linguagem e dos discursos, o reconhecimento e o questionamento dos estereótipos é uma conversão do olhar, e início do processo de ruptura com o pré-construído.

4. CONSIDERAÇÕES

O trabalho comprova a ideia de que há uma relação entre a educação e as desigualdades de gênero, quer por ação ou omissão, a educação manifestamente transmite o sentimento de desigualdades, seja por via dos colegas, professores ou pessoal de apoio, e traduzem-se invariavelmente através linguagem e estereótipos.

A escola é uma entidade que não estando separada da sociedade, torna-se um palco das assimetrias de poder, bem visíveis ao nível do currículo e dos materiais pedagógicos, bem como nas relações estabelecidas na sala de aula entre professores (as) e alunos (as).

Os conteúdos curriculares, manuais e outros materiais didáticos são elaborados de forma genérica, gerando um manto de suspeições para subentender que todos que estejam incluídos, o que de alguma forma gera um sentimento de desigualdades, uma vez mais por via da comunicação.

É através do processo educativo, no qual se inclui a família e a escola, que os padrões de comportamento, as regras sociais, os valores éticos e morais, os costumes e os estereótipos são transmitidos às crianças.

Os estereótipos, neste caso vertente, são uma consequência de preconceitos que se traduzem em pré-julgamentos entre colegas a todos os níveis, sobre determinadas situações sem nenhuma evidência fundada.

Portanto, torna-se imprescindível que a sociedade no seu todo, repense nas suas atitudes acerca das relações sociais, do espaço de cada um na sociedade, e duma educação mais inclusiva no sentido lato, independentemente de gênero.

Outrossim, a educação deve fazer diferente, demarcando-se de práticas e discursos que perpetuem as desigualdades de gênero, abrindo porta para harmonia e concórdia como uma característica premente do espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **The Rustle of language**: **the image" first published in Pretexte**. London: collection by UGE, 1989.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BIVE, Madalena António Tirano; PESSULA, Pedro António. **Percepções sobre as relações em escolas de Moçambique: discurso e prática**. Maputo: Universidade Pedagógica Maputo e Tete, 2018. Vol. 2.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Petropolis: Editora Vozes, 2003

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. **Relações de gênero**. Campinas: Gráfica e Editora Rona Lda, 2000.

CANDAU, Vera Maria. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

CITELI, Maria Teresa. **Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento**. Petropolis: Editora Vozes. 2001. Vol. 9.

CORRÊA, Sonia PETCHESKY, Rosalind. **Reproductiva and sexual rights, a femenist perspective**": Harvard: Harvard University, 1994.

COSSA, José de Inocêncio Narciso. **Estratégias de Elaboração de Projetos de Pesquisa e Trabalhos de Fim-de-Curso.** Maputo: Ciedima Ltd, 2024.

DÍAZ, Margarita; SPICEHANDLER Joanne. **Foro latino-americano sobre la incorporación del enfoque de genero en la capacitación, implementación, investigação y evaluación en los programas de salud sexual y reproductiva**. Washington, DC: International Center for Research on Women, 1998.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação**: Relações de gênero e diversidade sexual. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

DRUMOND, Maria Eduardo Hilarino; SEABRA, MariaTrindade Costa. Estereótipos em sala de aulas. **Letras Escreve,** Macapá, v. 9, n. 4, 2019.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo; MARX, Karl. **Princípios transversais de ensino e extensão**. Porto Alegre: Editora Atlas, 1995.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

JAKUBASZKO, Daniela; BARBOSA, Luciene Cecilia. *Quebrando estereótipos e rompendo preconceitos na sala de aula*. **Revista Espaço Académico**, Maringá, v. 14, n. 168, 2015.

LARROSA, Faustino Martinez. **La realidad de la escuela y el rendimiento educativo**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** Teoria e prática. Goiania: Pontificia Universidade Católica de Goiás, 2004.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspetiva pós-estruturalista**. Petropolis: Editora Vozes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria **Técnicas de pesquisa**: Planejamento e execução, pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOÇAMBIQUE. **Movimento Educação Para Todos.** Moçambique: Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique.** Maputo: Imprensa Nacional, 1990.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República Popular de Moçambique.** Maputo: Imprensa Nacional, 1975.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia de Gênero no Setor da Educação (2016-2020**). Moçambique: Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano 2016.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique.** Maputo: Imprensa Nacional, (2016 – 2019/20).

MOÇAMBIQUE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2017.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº. 18/2018, de 28 de dezembro de 2018.** Aprova a Lei que estabelece o regime Jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional, 2018.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº. 4/83, de 23 de março de 1983.** Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Maputo: Imprensa Nacional, 1983.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº. 6/1992, de 6 de maio de 1992.** Aprova a Lei que Reajusta o Quadro geral do Sistema Nacional de Educação e adequa as disposições nele contidas. Moçambique: Imprensa Nacional, 1992.

MOÇAMBIQUE. **Plano de ação para a redução da pobreza absoluta 2006-2009**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Plano Estratégico de Educação (2020-2029**). Moçambique: Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, 2020.

MOÇAMBIQUE. **Plano Nacional Gênero e Estratégia de Implementação**. Moçambique: Imprensa Nacional, 2018.

MOÇAMBIQUE. **Plano Nacional para o Avanço da Mulher (2018-2024).** Maputo: Imprensa Nacional, 2018.

MOÇAMBIQUE. **Relatório sobre os seis Objetivos da Educação para todos**. Moçambique: Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, 2015.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. [S. l.]: Editora Feevale, 2013.

SAAVEDRA, Luísa. **Aprender a ser rapaz, aprender a ser rapariga, teorias e práticas da escola**. Coimbra: Livraria Almedina, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006. 316 p.

SCHUSSLER, Brenda Streit & FABRÍCIO, Amanda Rodrigues. **Desigualdades de gênero.** São Paulo. Editora Atlas, 2017.

SCHUSSLER, Brenda; FABRÍCIO, Amanda Roberto. **Desigualdades de gênero.** São Paulo. Editora Atlas, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero**: "**Uma categoria útil para a análise histórica**": Nova Iorque: [s. n.], 1989.

SILVA, Gabriela. **Educação e gênero em Moçambique**. Porto: CEAUP, 2007.

SOCHA, Kátia. **A exclusão no Município dos Curitibanos**. 2004. Dissertação (Mestrado) - FAED/UDESC, Florianópolis, 2004.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais**. São Paulo Editora Atlas, 2021.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito educação, e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.